

ALTERNATIVAS À GLOBALIZAÇÃO HEGEMÔNICA: As Potencialidades Emancipatórias das Redes de Economia Solidária

Darcísio Corrêa

Mestre e doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e docente do curso de Direito do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo (Iesa). dcorrea@unijuí.edu.br

Tobias Damião Corrêa

Mestre na Linha de Pesquisa Direito, Cidadania e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), docente do curso de Graduação em Direito do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. tobias.correa@unijuí.edu.br

Resumo:

O presente texto, ao buscar alternativas à globalização hegemônica, procura deslindar as potencialidades emancipatórias das redes de economia solidária, tomando a proposta de uma nova epistemologia horizontal de Boaventura de Sousa Santos como marco teórico. Após a abordagem das redes de colaboração solidária como experiências de racionalidade epistemológica alternativa, aprofunda-se a análise das redes de economia solidária vistas como alternativa contra-hegemônica.

Palavras-chave:

Globalização contra-hegemônica. Redes de cooperação solidária. Economia solidária. Epistemologia horizontal.

ALTERNATIVES TO HEGEMONIC GLOBALIZATION: The emancipatory potential of solidarity economy networks

Abstract:

This text, in seeking alternatives to the hegemonic globalization, seeks to unravel the emancipatory potential of economic solidarity networks, taking the theoretical proposal for a new horizontal epistemology of Boaventura de Sousa Santos. After analyzing the approach of

the collaborative solidarity network's experiences as an alternative epistemological rationality, it deepens the analysis of economic solidarity networks seen as a counter-hegemonic alternative.

Keywords:

Counter-hegemonic globalization. Partnership networks. Solidarity economy. Horizontal epistemology.

Sumário:

Introdução. 1 A proposta de uma nova epistemologia horizontal no sistema de mercado. 2 Redes de colaboração solidária como experiências de racionalidade epistemológica alternativa. 3 A dinâmica econômica das redes de colaboração solidária. 4 Considerações finais. Referências.

INTRODUÇÃO

Na complexidade da atual problemática planetária, para muitos estudiosos o modelo capitalista pós-derrocada do denominado “socialismo real” firmou-se, apesar de suas flagrantes limitações hoje mais do que nunca desnudadas, como definitivo – o fim da História –, apregoando-se peremptoriamente como inviável qualquer alternativa que afronte os princípios de pensamento único do neoliberalismo econômico.

A hipótese de trabalho do presente artigo empenha-se em contrapor argumentos em favor de uma proposta alternativa à globalização hegemônica – não à globalização em si – com base em experiências de redes de cooperação solidária, tendo como foco específico as redes de economia solidária. Tomando como base teórica uma epistemologia horizontal e aberta à diversidade, apresentada por Boaventura de Sousa Santos como *epistemologia do Sul*, são abordados os movimentos alternativos centrados na solidariedade em rede, tendo como espaço emancipatório privilegiado o *local*, onde se colhem experiências de caráter contra-hegemônico a serem transformadas em redes translocais voltadas à utopia crítica – concreta e realizável – de uma solidariedade planetária. Dentro das variadas redes de cooperação solidária, a pesquisa privilegia as redes de economia solidária acentuando a relevância de suas potencialidades emancipatórias.

1 A PROPOSTA DE UMA NOVA EPISTEMOLOGIA HORIZONTAL NO SISTEMA DE MERCADO

Pensar uma sociedade melhor, mais justa e inclusiva, na qual o desemprego e a falta de renda não fossem realidades monstruosas a mazelar inúmeras pessoas, em que os valores de um egoísmo econômico não sobrepujassem os laços de respeito para com a existência de outros indivíduos, em que as desi-

gualdades no que se refere às condições materiais de vivência realmente fossem suprimidas, soa quase como uma insanidade, um delírio teórico em nome de um idealismo utópico irrealizável.

Isso acontece, principalmente, devido ao fato de que o modelo de conhecimento hegemônico trabalha com uma lógica de apreensão da realidade que tende a desacreditar e ocultar experiências alternativas altamente relevantes, subjugando-as a uma condição de não existência. Dessa forma, a riqueza empírica de inúmeras experiências é desperdiçada, uma vez que a postura teórica dominante acaba por conceder preferência à lógica analítica da dificuldade e da inviabilidade ao invés de amparar a observação nas possibilidades e novos caminhos que as mesmas representam.

Como contraponto emancipatório a esse modelo de conhecimento, hegemônico no atual sistema de mercado capitalista, toma-se como marco teórico a nortear o presente texto a proposta epistemológica do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2005, 2006). Destacam-se para tal algumas premissas assim formuladas: a) a compreensão do mundo não pode ser reduzida à compreensão ocidental do mundo pelo fato de ela ser parcial e inadequada; b) a compreensão do mundo, no que tange à legitimação do poder social, está estreitamente vinculada a concepções do tempo e da temporalidade; c) a concepção ocidental de racionalidade tem como característica fundamental o fato de ao mesmo tempo contrair o presente e expandir o futuro. Se por um lado a contração do presente por uma estranha concepção de totalidade transforma o presente num instante fugidio confinado entre o passado e o futuro, por outro “a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente” (2006, p. 95).

Para inverter a lógica de criação de não existências, de descrenças e ocultações de realidades alternativas presentes no pensamento dominante, o referido autor sustenta a necessidade de uma mudança de racionalidade, ou seja, propõe uma racionalidade cosmopolita orientada para uma trajetória inversa no sentido de “expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar

o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje.” Na busca de uma temporalidade coerente com uma dinâmica de crença e valorização das experiências alternativas postas em prática em todo o mundo, o autor sugere a utilização epistemológica de duas sociologias: “Para expandir o presente, [...] uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências” (2006, p. 95).

No tocante à *sociologia das ausências*, para que se entenda a proposta por ele referenciada, é preciso compreender que o *não existente* é na realidade *produzido* como não existente pelas Ciências Sociais convencionais, ou seja, de acordo com Santos (2005, p. 21), “os critérios hegemônicos de racionalidade e de eficácia produzem a não-existência do que não cabe neles”, desqualificando tudo o que não faz parte da sua monocultura racional. Neste sentido, distingue cinco lógicas ou modos de produção da não existência, “produzidas pela epistemologia e pela racionalidade hegemônica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo” (2005, p. 24).¹ Sua presença se dá apenas como obstáculo às realidades consideradas relevantes, o que gera o desperdício da experiência social.

A sociologia das ausências é transgressiva, dando-se no confronto com cada um desses modos de produção de ausência. Vem expressa na luta pela credibilidade e pela revelação da diversidade e da multiplicidade das práticas sociais. Trata-se de um conhecimento transformador enquanto lógicas adotadas pelas organizações e movimentos sociais em suas lutas, diferenciadas e contra-

¹ Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 22-24) aborda pormenorizadamente cada uma dessas lógicas de produção de não existências, sendo as mesmas chamadas de monoculturas: a) a lógica da *monocultura do saber e do rigor do saber*, compreendendo a ciência moderna e a cultura humanística como critérios absolutos a filtrar a verdade; b) a lógica da *monocultura do tempo linear*, que seria a ideia de que a História tem um sentido e uma direção únicos e conhecidos (progresso, modernização, desenvolvimento e globalização); c) a lógica da *monocultura da naturalização das diferenças*, consistindo em uma distribuição das populações “segundo categorias que naturalizam hierarquias” (2005, p. 22); d) a lógica da *monocultura do universal e do global*, em que só a escala dominante é relevante; e) a lógica da *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista*, a qual privilegia o crescimento por meio das forças do mercado (utopia conservadora do neoliberalismo), tanto no campo da natureza quanto no do trabalho.

-hegemônicas. Isso exige imaginação epistemológica e imaginação democrática: “Tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva” (2005, p. 29).

Já a operação epistemológica por ele denominada *sociologia das emergências* “visa identificar e ampliar os sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e latências que são activamente ignoradas por essa racionalidade e por esse saber” (2005, p. 30). Diferencia-se, assim, da sociologia das ausências, cuja finalidade é “identificar e valorizar as experiências sociais disponíveis no mundo, embora declaradas não-existentes pela racionalidade e pelo saber hegemônicos” (2005, p. 30).

Para a sociologia das emergências a *possibilidade* é o motor do mundo e, deve ficar explícito, o mundo está cheio delas. No argumento do autor, a sociologia das emergências pesquisa alternativas que, embora voltadas ao futuro, caibam no horizonte das possibilidades concretas: “Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro [...] sobre as quais é possível intervir para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração (2005, p. 31).”

Em última instância, as expectativas das emergências enquanto possibilidades e capacidades concretas são, ao mesmo tempo, contextuais e radicais, pelo fato de reivindicarem uma realização forte que as protege, dentro do possível, da frustração. Tais expectativas constituem o fundamento para a reinvenção das emancipações sociais, pois a ampliação simbólica operada pela sociologia das emergências identifica “sinais, pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe” (2005, p. 33).

Resta claro que as duas sociologias apresentadas são complementares e estão estreitamente associadas, uma vez que “quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro.” Sob esta perspectiva, Santos ressalta que alguns campos sociais se revelarão mais propícios para o desenvolvimento e para o aparecimento de práticas alternativas,

citando, neste sentido, o campo das *experiências de conhecimento* (conflitos e análises de formas diferenciadas de conhecimento), o campo das *experiências de reconhecimento* (conflitos e análises possíveis entre sistemáticas de classificação social), *experiências de democracia* (um diálogo dialético envolvendo democracia representativa e democracia participativa) e ainda as *experiências de comunicação e informação* (conflitos e análises possíveis envolvendo as novas tecnologias da comunicação e da informação) (2006).

Além disso, destaca as *experiências de desenvolvimento, trabalho e produção*, que se apresentam como diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. As formas e modos dominantes – o modo de produção capitalista e o modelo de desenvolvimento como crescimento infinito – são permeados por disponibilidades e possibilidades de formas e modos de economia solidária próprios de um desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico. Aponta, como formas alternativas de produção, as organizações ecofeministas e as organizações econômicas populares (cooperativas, mutualidades, empresas autogeridas, associações de microcrédito). Trata-se de formas de redistribuição social cujo foco é a cidadania e não a produtividade.

2 REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA COMO EXPERIÊNCIAS DE RACIONALIDADE EPISTEMOLÓGICA ALTERNATIVA

A diferenciada racionalidade epistemológica apresentada anteriormente encaixa-se de maneira absolutamente harmoniosa dentro da proposta sugerida, ou seja, a ideia de uma renovada sociedade com valores e sentidos éticos de justiça e de solidariedade, os quais seriam alcançados a partir da multiplicidade de possibilidades surgidas em virtude do desenvolvimento e do fortalecimento das redes de economia solidária.² Neste sentido, poder-se-ia olhar para essas

² Não caberia, todavia, segundo Mance (2000a), falar “da economia solidária como um novo paradigma mas como uma nova compreensão de economia que está sendo construída a partir de novas práticas econômicas compreendidas sob um novo paradigma científico, que poderia ser denominado como *paradigma da complexidade*.”

redes sob uma perspectiva de não existência, de ocultação, uma vez que, ante a uma dimensão de âmbito global, as mesmas ainda ocupam um espaço reconhecidamente pequeno, embora em constante crescimento. Essa prática social alternativa reconhece, no entanto, suas próprias limitações e, dentro delas, continua a aprimorar seu desenvolvimento em busca de um horizonte de atuação cada vez mais dilatado.

O presente texto, utilizando-se do raciocínio epistemológico da sociologia das ausências e das emergências, evidencia nas redes de economia solidária não uma ausência, e sim uma existência onipresente, traduzindo-se em uma prática alternativa em vias de desenvolvimento e de solidificação, constituindo-se enquanto possibilidade real de amparar uma realidade diferenciada em termos de futuro. Os sinais, as evidências e as demonstrações dessa possibilidade estão distribuídos por inúmeros locais, constituindo-se como exemplos concretos de uma possível realidade diferenciada. Fica claro que o raciocínio a partir da sociologia das emergências se faz sentir de forma grandiosa, pois, se a possibilidade é o seu agente catalisador, as redes de economia solidária se apresentam como uma prática de múltiplas e intensas possibilidades.

Dessa maneira, o mesmo momento histórico que cria as condições para uma “advocacia da descrença”, fornece, simultaneamente e de forma paradoxal, subsídios para novas construções sociais, amparadas em práticas alternativas viáveis e que estão em andamento. Segundo Mance (2007, p. 1), está em curso uma revolução global cuja estratégia é antibeligerante, pois não tem bases militares nem é capitaneada por um partido político ou por uma vanguarda: “Essa revolução mobiliza milhões de pessoas no mundo todo. Dela sabemos muito pouco até agora. O que sabemos é que na base de sua mobilização, organização e educação popular estão milhares de movimentos e milhões de pessoas integradas em redes colaborativas.”

Evidencia-se, a partir dessa perspectiva, que as redes de colaboração solidária aglutinam sob sua estruturação uma infinidade de práticas, experiências e lutas diversas, compreendendo, de maneira complexa e interligada, os campos político, cultural e econômico. Somam-se, neste sentido, milhares de

movimentações de todos os tipos, como movimentos ecológicos e feministas em favor de políticas públicas de melhor qualidade, contra a agricultura transgênica, por moradia, por terra e ainda um grandioso número de outros movimentos que levantam suas próprias bandeiras. Essa dinâmica de luta é onipresente, estando em via de crescimento nos mais diversos pontos de nosso planeta.

Essa revolução global em curso é construída de baixo para cima, coletiva e democraticamente, num processo em que os consensos alcançados respeitam dissensos devidamente fundamentados na tecitura de redes colaborativas solidárias capazes de interligar o local e o global pela convivência dinâmica entre diversidade e unidade (Mance, 2007, p. 1-2).

Surge, dessa forma, uma dinâmica integradora e aglutinadora que serve como agente catalítico para a assimilação na rede de quem “estava isolado ou desarticulado”. Expandem-se redes colaborativas e solidárias por toda a parte, teoricamente sistematizadas em cartas de princípios, dando origem a plataformas propositivas: “Criam-se novas formas organizativas para facilitar a comunicação, a produção coletiva do conhecimento, as tomadas de decisão e as ações coordenadas, interligando os diversos atores que as compõem” (p. 3).

A dinâmica das redes, na explanação do autor, fundamenta-se na *centralização* – a carta de princípios e a plataforma da rede –, na *descentralização* – a intervenção autônoma e distribuída de cada participante – e na *distribuição* – todos os atores se entrepoiam e se ajudam, o que reforça e realimenta suas ações e tomadas de decisão coletiva em processos comunicativos, sejam eles num sistema eletrônico centralizado de comunicação e votação pela Internet, seja pela participação presencial em fóruns e assembleias.

As redes de colaboração consistem, portanto, num sistema que se auto-organiza e se autorreproduz: ao conectar grupos de determinado movimento social, como o das mulheres, por exemplo, tal articulação fortalece cada movimento em particular, do que resultam novos movimentos em outros locais, ampliando a rede em movimento. Juntam-se, neste sentido, os princípios da *intensividade* (envolvimento de maior número de pessoas no local) e da *ex-*

tenvidade (expansão da rede pelo surgimento de novas unidades em outros territórios). São ainda peculiaridades dessas redes de colaboração solidária que atuam na esfera pública não estatal³ (ONGs, organizações populares, associações e outros movimentos da sociedade civil) a *diversidade*, a *integralidade* e a *realimentação* (Mance, 1999, p. 24-25).

Por integralidade entende-se que os objetivos dos diversos e particulares nódulos são assumidos pelo conjunto dos nódulos da rede no intuito de superar a dimensão individualista. Exemplificando, a luta dos movimentos das mulheres em defesa da mulher não deixa de colaborar para o avanço das lutas em favor das crianças, dos negros, dos portadores de deficiência, de geração de empregos, de saúde, por moradia, enfim, pelos direitos humanos como um todo. Em outros termos, as ações empreendidas pelas partes isoladas afetam o todo na mesma dimensão em que este as afeta.

A proposta das redes de colaboração solidária torna-se uma alternativa realmente sólida e promissora pelo fato de comportarem as dimensões econômica, política e cultural. No esclarecimento de Mance (2000b, s/p), a organização de uma rede de colaboração solidária, ao aglutinar diversos atores em um movimento social orgânico com forte potencial transformador, atende primeiramente a demandas imediatas da população, como emprego de sua força de trabalho, melhoria de consumo, educação e reafirmação do direito ao bem viver. Além disso, combate e nega as estruturas capitalistas de exploração e de dominação política e cultural, geradoras de pobreza e exclusão. Por fim, implanta uma nova forma pós-capitalista de produzir, de consumir e de organizar a vida coletiva,

³ De acordo com Mance (1999, p. 19-20), a esfera pública não estatal compreenderia um conjunto de ações solidárias desenvolvidas nos campo econômico, político e cultural: “Com efeito, embora tratem-se de recursos aplicados para o bem público e de serviços voltados ao bem comum, não são todavia recursos do Estado ou serviços financiados por ele ou pelo mercado. Atrás desse vasto rol de serviços e recursos está o trabalho voluntário de milhões de pessoas em todos os continentes [...]; trata-se de pessoas que disponibilizam uma pequena parte de seus ganhos para financiar tais projetos ou que dedicam uma parte de seu tempo para neles atuar – havendo aqueles que colaboram das duas formas.”

tendo a solidariedade como cerne da vida, “afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.”

É justamente pelo fato de a ótica argumentativa partir de visões complexas da realidade, justificando-se a partir da teoria da complexidade, que as dimensões anteriormente apresentadas podem ser consideradas como realidades simultâneas dentro do horizonte de múltiplas relações das redes de colaboração solidária. Observe-se que a presente pesquisa objetiva, em sua continuidade, colocar ênfase especial na estratégia da rede de colaboração em sua dinâmica de relacionamento propriamente econômico, pelo fato de ele constituir o aspecto norteador das demais dimensões já referenciadas.

3 A DINÂMICA ECONÔMICA DAS REDES DE COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

As redes de colaboração solidária, como se viu, envolvem um vasto conjunto de práticas, articulações, experiências e lutas diversas. Neste sentido, poder-se-ia, sem sombra de dúvida, afirmar que seu conjunto comporta aspectos políticos, econômicos e culturais em caráter interligado e complementar, fato que permite direcionar a análise de forma aprofundada para um desses vieses sem desconsiderar os demais, uma vez que acontecem em caráter de simultaneidade. Como enfatiza Mance (1999, p. 47), os aspectos suscitados não se constituem isoladamente na forma de redes que se sobrepõem. Qualquer atividade política, cultural e econômica depende da mediação condicionante uma da outra.

O aspecto econômico das redes de colaboração solidária caracteriza, segundo o mesmo autor (2002c, p. 1-2), o elemento estratégico central para conectar os diversos empreendimentos solidários (produção, comercialização, financiamento, consumo, além de organizações populares como associações, sindicatos, ONGs, etc.) em “um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo.” Ressalte-se, todavia, que a concretização e a viabilidade dessa estratégia requerem uma reformulação

nos critérios de consumo adotados pelos indivíduos, ou seja, para a viabilização dessa meta apenas uma condição é requerida: a adesão de todos os integrantes do projeto ao *consumo solidário*,⁴ ou seja, “que em todas as suas atividades de consumo dêem preferência a produtos que tenham sido produzidos pelas redes de colaboração solidária, mesmo que estes produtos custem um pouco mais caro que os produtos elaborados sob a rede capitalista [...]” (Mance, 1999, p. 13).

A prática do consumo solidário como uma lógica de vida das pessoas possibilita fomentar e aquecer os fluxos econômicos nas redes de colaboração solidárias, permitindo que o crescimento da própria rede seja constante e que a incorporação de mais indivíduos seja possível, incrementando e diversificando os fluxos envolvidos. Consumir de forma solidária significa uma tomada de consciência no sentido de que é possível interferir na realidade a partir de escolhas no âmbito do consumo, até porque este “é uma exigência para a reprodução de cada ser vivo em particular. Sem consumo a vida de qualquer ser se esgota, resultando em sua morte” (p. 25).

Consumir de maneira sábia, dando preferência a produtos e serviços que transcendam sua materialidade simplista, significa estabelecer parâmetros críticos de escolha, dando pesos mais significativos para o contexto que cerca a prestação de um serviço, ou, ainda, a forma como determinado produto é produzido ou sua comercialização é realizada. Seguindo a linha de argumentação de Mance (2002b, p. 2-3), tal consumo solidário de produtos e serviços possibilita a venda total de sua produção alternativa e, com a ampliação do excedente alcançado, é possível seu reinvestimento coletivo em novos empre-

⁴ De acordo com Mance (2002b, p. 2) “o *consumo solidário* é aquele praticado em função não apenas do próprio bem-viver pessoal mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Trata-se pois do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária ao invés de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. O consumo solidário é praticado também com vistas a contribuir na geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida; para preservar o equilíbrio dos ecossistemas e para melhorar o padrão de renda de todos os que participam das redes solidárias, combatendo-se assim a exclusão social e a degradação ambiental.”

endimentos solidários geradores de novos postos de trabalho e de produção de bens e serviços ainda não disponibilizados nessas redes. Esse processo propicia aos consumidores bens e serviços com maior diversidade e qualidade, além de oportunizar uma distribuição de renda pela incorporação de mais trabalhadores no processo produtivo.

Sob essa perspectiva, ressalta-se que a organização estratégica em redes que colaboram mutuamente possibilita uma disseminação interna do consumo solidário, uma vez que os agentes produtivos requerem insumos para possibilitar a produção de gêneros diversos e, por sua vez, os trabalhadores envolvidos no processo de produção carecem de bens diversos para satisfazer suas próprias necessidades de subsistência. Por conseguinte, tanto os primeiros quanto os segundos podem vir a adquirir aquilo que precisam dentro da própria rede produtiva na qual estão engajados, originando, dessa maneira, um processo de realimentação.⁵ É inevitável que aquilo que não é disponibilizado pela rede seja adquirido no setor produtivo capitalista; essa indisponibilidade momentânea, no entanto, pode vir a ser corrigida em razão da característica auto-organizativa da rede.

Ampliando-se o horizonte de análise envolvendo os processos sociais de produção e de consumo sob a lógica da realimentação, Mance (2002a, p. 63) afirma ser possível idealizar, “sob certos padrões, organizações complexas em que a demanda por consumo alimenta processos produtivos que, remunerando trabalho humano, distribuem socialmente o valor econômico produzido, realimentando a própria demanda por consumo, permitindo o crescimento auto-organizado e auto-regulado de novas organizações e sistema sociais.”

⁵ Mance (2002a, p. 63) aborda a questão da realimentação a partir dos ensinamentos de Edgar Morin, que utiliza o termo retroação. O autor, todavia, entende que realimentação consistiria em um “sistema em ações de interferências recíprocas, rompendo com a idéia de causalidade linear e introduzindo a idéia de círculo causal: a causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa.”

Essa prática pode ser mais bem-entendida a partir da compreensão empírica de que a rede produtiva é composta por diferentes células⁶ ou nós mantendo conexões recíprocas, o que repercute, levando-se em conta apenas o critério de consumo, em dois tipos diferentes deste último, um de natureza produtiva e outro de natureza final: “O consumo final é aquele praticado por todas as pessoas que satisfazem suas necessidades e seus desejos com os produtos e serviços consumidos. Consumo produtivo é todo aquele demandado para a realização de outros produtos e serviços” (Mance, 1999, p. 48-49). E complementa: “Assim, um mesmo produto, sob determinadas condições, tanto pode satisfazer um consumo final quanto um consumo produtivo – como ocorre com os ovos, óleo e produtos de limpeza neste exemplo, que poderiam servir também ao consumo final” (p. 48-49).

Fica claro, nesta linha, que, “se os processos de consumo final e produtivo realimentarem processos laborais justos e ecologicamente corretos, se tornaria possível expandir inúmeras redes autônomas e sustentáveis de economia solidária que podem se integrar em uma rede mundial de colaboração solidária como alternativa, em oposição à atual globalização capitalista” (Mance, 2002a, p. 63-64). Esse é o horizonte amplo e perfeitamente credível da proposta de colaboração solidária por meio da estratégia econômica. Tornam-se necessárias, no entanto, outras abordagens para que a real compreensão dessa possibilidade grandiosa possa florescer e para que o argumento em seu favor possa adquirir maior robustez.

⁶ De acordo com Mance (1999, p. 208-209), a rede é composta por três tipos de células: a) *de consumo*, que compreende grupos de pessoas que se organizam comunitariamente para comprar mercadorias a preços mais baixos, os quais são possíveis por meio da compra direta dos fornecedores, eliminando-se qualquer intermediário. Tais compras dão preferência aos produtos produzidos na própria rede, sendo comprado no mercado capitalista apenas o que a rede não produz ou produz de maneira insatisfatória; b) *de produção*, que são compostas por unidades produtivas das mais diversificadas, as quais produzem uma série de produtos finais ou insumos e, também elas, se tornam consumidoras de produtos feitos na própria rede; c) *de serviço*, que são células que prestam serviços diversificados, tais como qualificação profissional e produtiva, atividades de comércio solidário, etc. Nesse tipo de célula podem ser abrigadas também as ONGs que “atuam com educação popular e outros tipos similares de atividades de colaboração solidária pertinentes ao setor de serviços” (p. 209).

Dessa forma, em âmbito mais restrito ou local, os processos de realimentação envolvendo o consumo final e o consumo produtivo acabam gerando excedentes econômicos que retornam às células diversas, permitindo que os trabalhadores envolvidos possam satisfazer suas necessidades materiais de vivência (sempre que possível com produtos adquiridos dentro da própria rede). Tal excedente é extremamente importante para essas pessoas, uma vez que garantir suas condições materiais de sobrevivência, mesmo que minimamente, é uma exigência dramática.

Mance (1999, p. 30-31) exemplifica algumas experiências práticas afirmando existirem em muitos lugares inúmeros “grupos de trabalhadores desempregados que organizaram pequenas atividades produtivas em que se fabricam pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, esquadrias, vas-souras, escovas, brinquedos e uma infinidade de outros produtos.” Também cita o caso de milhares de clubes de mães “que produzem roupas, peças de tricô e crochê, rendas, bordados, tapeçarias, doces, salgados, geleias, compotas, entre outros artigos”, referindo-se ainda ao comércio de artesanatos indígenas, tucum ou frutos colhidos das florestas de modo ecologicamente sustentável. O fato é que boa parte da produção solidária, mesmo não sendo a melhor ou a mais barata entre os demais produtos do mercado, é consumida “por pessoas que têm consciência de que consumi-los é garantir às pessoas que os produzem a condição de continuarem vivendo do seu próprio trabalho, com a dignidade que todo ser humano merece” (1999, p. 30-31).

A satisfação inicial das condições materiais de sobrevivência, proporcionadas pela obtenção de um excedente econômico (uma renda) a partir da produção, comercialização ou prestação de serviços diversos, representa um aspecto que transcende em muito a lógica meramente econômica. Constituiu-se, antes de tudo, em um primeiro degrau da escadaria das muitas liberdades humanas possíveis e potenciáveis, fornecendo um pequeno veio de dignidade que, em muitos casos, acende a chama apagada no interior de um indivíduo praticamente mortificado e o estimula a explorar suas próprias capacidades. Amartya Sen (2000, p. 109) relaciona, de forma muito consciente, a questão

da renda com a possibilidade de desenvolvimento de liberdades/capacidades das pessoas, ao questionar o critério tradicional de identificação da pobreza meramente como baixo nível de renda quando, em sua concepção, deve ser vista como *privação de capacidades básicas*: “A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.”

O autor explica que a pobreza não é causada unicamente pelo aspecto de uma renda baixa ou pela ausência desta, uma vez que “existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades)” (p. 110). Aponta, ainda, distintas formas de geração de pobreza como idade, papéis sexuais e sociais e localização, destacando, por exemplo, que pessoas idosas e muito jovens têm mais dificuldades em converter renda em capacidade. Muito embora a pobreza seja uma questão altamente complexa no que diz respeito a sua formação e reprodução, não se deve perder de vista “que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades” (p. 112).

Essas premissas podem ser contextualizadas e confirmadas com as palavras de Herbert José de Souza e Carla Rodrigues (1994, p. 13), quando abordam a questão da privação de alimento, afirmando que “a fome é exclusão. Da terra, da renda, do emprego, do salário, da educação, da economia, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer, é porque tudo o mais já lhe foi negado, é uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio. A morte em vida. O exílio da Terra”. A ausência das condições materiais de vivência, neste sentido, trava em grande escala as muitas liberdades possíveis dos indivíduos, impedindo-os de se desenvolverem enquanto sujeitos autônomos e socialmente conscientes, refletindo em um processo de reprodução constante de miséria humana. É nesta linha que caminham os argumentos de Mance (2002a, p. 147), quando afirma que “sem condições materiais não há como se

realizar as liberdades”, ou seja, a liberdade para trabalhar produtivamente, para se alimentar, para dispor de moradia e de saúde, depende necessariamente do acesso às mediações materiais.

É inegável que existe uma relação bastante forte envolvendo pobreza de renda e pobreza de capacidades. Segundo Sen (2000, p. 114), “o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes.”

O raciocínio anteriormente desenvolvido evidencia que sob a lógica das redes de economia solidária é possível trabalhar no sentido de viabilizar as condições materiais de vivência, garantindo avanços diversos no sentido pessoal daqueles que estão engajados nas práticas econômicas solidárias, viabilizando o espaço necessário para o desenvolvimento de suas habilidades/capacidades/liberdades. A garantia desse mínimo material por meio de uma renda permite almejar outros tipos de mudanças em termos culturais e políticos, atingindo, desta forma, o todo da proposta das redes de colaboração solidária.

Neste sentido, a garantia da materialidade de vida básica propicia uma nova significação para as liberdades individuais e coletivas, pois a pessoa passa a experimentar, novamente ou pela primeira vez, uma condição existencial que lhe permite ser reconhecida pelos outros e por ela mesma, o que a instiga a buscar outros tipos de reflexão dentro de sua própria temporalidade de desenvolvimento. Significa dizer que a pessoa se sente novamente viva, adquirindo autoestima e novas forças para levar adiante sua vida dentro de uma lógica diferenciada.

Dentro de um processo integrado e simultâneo, as redes de economia solidária não encerram, portanto, seus objetivos e finalidades na mera obtenção de rendimento, embora a renda seja um fator primordial para criar condições de levar adiante um processo emancipatório. Significa afirmar que se deve deixar

de lado o pensamento hipócrita e simplista que imagina ser possível emancipar setores excluídos por meio de simples discursos retóricos e demagógicos, bonitos na teoria, porém ineficientes na prática.

Por outro lado, constata-se que uma significativa parcela de pessoas que se insere nas redes de economia solidária não o faz por ter a consciência de que é necessário mudar as práticas sociais, políticas, econômicas e culturais. Insere-se, isto sim, pela absoluta necessidade de adquirir uma renda que lhe permita sobreviver. A dramaticidade da situação é o que motiva tais pessoas num primeiro momento. Apesar disso, é importante que as redes de economia solidária aceitem essa motivação inicial advinda da extrema necessidade econômica, apostando, todavia, que o próprio engajamento coletivo em torno de uma proposta com valores e princípios bem-solidificados tenha o potencial emancipatório de superar a mera lógica da subsistência material em favor de novos e mais abrangentes valores que embasam as redes solidárias.

Como já afirmado, sob a dinâmica das redes existe um processo que não se encerra somente no aspecto econômico, uma vez que outras mediações ocorrem em caráter de integralidade e simultaneidade, conferindo ao todo uma lógica multidimensional. É nessa pluralidade de dimensões que o veio norteador de emancipação social vai ganhando novas formas e se desgarra do aspecto econômico meramente materialista, uma vez que esta satisfação de base material, ou a continuidade desta satisfação, passa a exigir uma complexidade maior e uma postura também diferente por parte dos indivíduos envolvidos na rede. Neste âmbito se exigem práticas incisivas e plurais no que se refere aos aspectos político, cultural e ético como demanda natural da auto-organização da rede econômica solidária.

Essa perspectiva, acentua Mance (2002a, p. 147-148), leva à conversão de rede econômica em rede política, pois, além da subsistência material, faz-se necessário lutar pela realização das liberdades públicas e privadas eticamente balizadas: “Justamente por isso as redes econômicas de colaboração solidária convertem-se também em redes políticas, uma vez que se busca a melhor maneira de compor o exercício coletivo e pessoal da liberdade.”

Essa passagem recíproca e simultânea do viés econômico para o político, ou a integração do fator político com o econômico, é de extrema importância para o desenvolvimento da rede e surge como uma grande necessidade dentro dos valores solidários. Segundo o autor referenciado (p. 148), “sendo a rede econômica baseada no consumo e no trabalho solidários, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, particularmente a superação do individualismo pelo colaboracionismo solidário.” No âmbito da micropolítica, trata-se de promover as diversas singularidades pelo respeito ao outro em suas diferenças enquanto sujeito, ao passo que no campo da macropolítica o desafio se volta à transformação estrutural da sociedade, suprimindo a dicotomia entre formulador da demanda social e o seu reformulador político, por meio de mecanismos democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência.

A questão do político como uma integralidade que se origina da busca pela satisfação de necessidades econômicas é analisada por Sen (2000, p. 175) quando afirma a existência de “amplas inter-relações entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação das necessidades econômicas. As relações não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas”. Em última instância, continua o autor (p. 175), “a intensidade das necessidades econômicas aumenta – e não diminui – a urgência das liberdades políticas.”

Mesmo, no entanto, existindo as condições para o desenvolvimento das liberdades econômicas e políticas, faz-se necessário, para o pleno gozo destas capacidades, que haja um fluxo informacional de alta qualidade e confiabilidade. Significa dizer que dentro de uma proposta contra-hegemônica alternativa às práticas capitalistas é necessário “ter-se em mãos” um horizonte de conhecimento bastante vasto e eficiente, que possibilite que as reflexões, tomadas de decisão, estratégias a serem seguidas, etc., estejam amparadas em informações

que permitam otimizar os mecanismos presentes na própria rede. Mance (2002a, p. 149) alerta, todavia, que para a constituição deste “capital informacional” se torna necessária a democratização da educação e da informação, uma vez que, “mesmo havendo liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem algumas informações e não outras.”

Em síntese, poder-se-ia afirmar que as redes de economia solidária, ao satisfazerem determinadas condições materiais de sobrevivência para um grande horizonte de pessoas, inauguram a possibilidade de se (re)criarem outros tipos de mediações que visam ou possibilitam horizontes emancipatórios. Estas condições, seja dito, colocam-se como uma necessidade a ser desenvolvida e trabalhada no interior da própria rede, aperfeiçoando-a, fortalecendo-a e tornando-a realmente credível enquanto alternativa ao atual contexto líquido-moderno de exclusão.

Destaque-se, por fim, que a grandeza da proposta, permeada pelo incremento e pelo incentivo das muitas liberdades/capacidades dos indivíduos, reside primordialmente na articulação em uma rede mais ampla. Neste sentido, faz-se necessário buscar uma lógica integradora que una as diversas experiências de economia solidária que acontecem em âmbito local, em uma perspectiva interligada, em que se conecte a grande diversidade em uma ampla rede, ou uma rede de redes, que possibilite um alcance global. É importante frisar que, dentro deste horizonte, as inúmeras alternativas e experiências cultivadas em âmbito local constituem espaços altamente promissores dentro de uma proposta de mudança global.

Vislumbra-se, dessa forma, um novo horizonte paradigmático a apontar para a solidariedade planetária, tendo como ponto de partida as experiências locais e as redes translocais contra-hegemônicas a emergirem no contexto da sociedade líquido-moderna do século 21. A relevância do local como espaço de transformação, longe de defender posturas localistas, reside na valorização das interdependências marcantes entre o global e o local num contexto de perda das solidariedades coletivas e de descarabilidade do ser humano.

A retomada das redes locais de solidariedade, ideologicamente ausentes do discurso dominante, tem clara consciência de que estão desaparecendo os grandes projetos de futuro pela tendência a se desistir na busca de se alcançar uma sociedade justa no plano político, o que implica ao mesmo tempo um fechamento para o todo. Contrariamente ao que pode parecer, a ênfase nas experiências locais, ao invés de reforçar o sentimento do homem que se percebe isolado e sem vínculo num mundo globalizado, procura superar seu desenraizamento e a crescente perda de sua identidade pela inserção em redes de colaboração solidária tendentes a se contraporem ao pensamento único imposto pelas elites dominantes.

As redes de solidariedade, especialmente no campo econômico, representam um esforço de escapar da abstração universal gerada pelos processos de globalização, dedicando-se os sujeitos a reencontrar, além da sobrevivência material, sua individualidade pelo engajamento dinâmico em redes de cooperação, como no caso da economia solidária. É a sinalização de que, mesmo num mundo globalizado de caráter reticular, as instâncias locais são possivelmente os espaços mais adequados para a organização de resistências e de lutas em favor da reconstrução das solidariedades coletivas.

Zygmunt Bauman, na obra *Globalização: as conseqüências humanas*, alerta para o fato de que os espaços públicos geradores de sentido para a vida comunitária acompanham as elites globais: “Os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais – o que não se aplica, porém, à condição humana, à qual esses valores e significados devem informar e dar sentido” (1999, p. 9). É uma razão a mais para se defender que a instância local se torna necessariamente o cenário mais adequado para a construção de novas solidariedades, a comporem posteriormente redes trans-locais de libertação na forma de uma globalização contra-hegemônica. Talvez essa inserção em rede a partir das necessidades e das demandas locais seja a única forma de destituir, em certa medida, a influência em termos de poder que as elites globais têm na rede, as únicas, portanto, que nesse novo processo de estratificação podem considerar-se verdadeiramente cosmopolitas.

Seria ingenuidade desconhecer que essas lutas advindas de um novo empoderamento local esbarram, sem dúvida alguma, com dificuldades quase intransponíveis na tarefa de criação e de consolidação de redes de solidariedade coletiva por parte da ponta pobre da globalização, que afeta o maior contingente da população mundial. Sabe-se que os dominantes reservam para si a máxima liberdade de ação, restringindo drasticamente a liberdade de decisão dos dominados, para o que a fragmentação política e a globalização econômica se complementam mutuamente. Nesse processo de reestratificação planetária, que destrói as economias locais, torna-se muito difícil reunir questões de cidadania numa efetiva ação coletiva, desencadeada sob a direção do Estado e dos movimentos organizados da sociedade civil. Está cada vez mais difícil traduzir preocupações pessoais em questões públicas; transformar problemas pessoais em causa comum.

É, por isso, preciso confiar que essa estrutura mercadológica demasiadamente pesada, homogeneizante e excludente não consiga invalidar os esforços emancipatórios dos que arcam com o ônus do sistema. Como já assinalado no início, é o que sugere Boaventura de Sousa Santos (2005) ao falar da sociologia das emergências. A partir das esferas locais ressurgem constantemente organizações e movimentos em busca de estratégias de resistências e de formulação de alternativas de caráter contra-hegemônico.

O autor, neste sentido, contrapõe à utopia conservadora do neoliberalismo a utopia crítica do Fórum Social Mundial, na busca aberta, horizontal e alternativa de uma sociedade melhor, de *outros mundos possíveis*, o que aponta para uma nova matriz paradigmática de emancipações sociais, por ele denominada *epistemologia do Sul*. Contra a lógica da racionalidade hegemônica fundada sobre a monocultura do universal e do global, negadora dos contextos específicos, propõe a *ecologia das trans-escalas*, no sentido de recuperar o que no local não é efeito da globalização hegemônica.

Trata-se de uma desglobalização do local e a busca de uma reglobalização contra-hegemônica, tendo em vista oferecer alternativas aos globalismos localizados. É a utopia, sob forma de consciência antecipatória, a propor uma

alternativa concreta ao pensamento único, antiutópico, do neoliberalismo, e cujas características residem no reconhecimento da diversidade, da pluralidade e da horizontalidade na celebração de um outro mundo possível. Caminham de mãos dadas o princípio da igualdade e o princípio do respeito igualitário à diferença.

Em sua obra *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* (2000, p. 36), Santos deixa ainda mais clara a relevância das iniciativas locais na busca da emancipação social a serem posteriormente globalizadas: “A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares excepto naqueles em que ocorreram efectivamente.” Ao se referir ao realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos num mundo em que parece ter desaparecido a alternativa, conclui: “A criação de redes transnacionais entre alternativas locais é uma forma de globalização contra-hegemônica – a nova face do cosmopolitismo.”

Na mesma linha propositiva caminham as ideias de Milton Santos, o qual, referindo-se à reconstrução da federação brasileira, propõe a constituição de uma *federação de lugares*, não a serviço do dinheiro e das forças financeiras, mas para atender às demandas da população: “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi” (2002, p. 96). É a forma de contrapor à racionalidade verticalizada do sistema de redes em que prevalecem os interesses corporativos sobre os interesses públicos, horizontalidades que servem de contrarracionalidades emancipatórias, abertas e plurais.

Trata-se de uma construção de baixo para cima, cuja base geográfica é o *lugar*, “considerado como espaço de exercício da existência plena. Estamos, porém, muito longe da realização desse ideal” (2002, p. 114). Milton Santos entende que a História deve ser reescrita a partir da centralidade da periferia e não dos países centrais, o que exige a retomada da ideia da utopia e do projeto.

Essa valorização estratégica do local, quer dizer, das características e experiências locais ainda não controladas e homogêneas pelos agentes dominantes em âmbito global, aplica-se perfeitamente aos movimentos de cooperação solidária. As múltiplas e extremamente ricas experiências locais da economia solidária armazenam o potencial necessário para se transformarem em redes translocais contra-hegemônicas, suficientemente fortes para o estabelecimento de uma solidariedade planetária. O que importa é que essa utopia seja concreta, um sonho de olhos abertos e de pés no chão, mesmo que esse chão da realidade seja duro e relativamente imprevisível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar em redes de cooperação solidária e, mais especificamente, em redes de economia solidária, significa referir-se à questão da cidadania, aqui definida como o processo de construção do espaço público de vida digna dos cidadãos, ou seja, o processo de efetivação de um espaço vital que propicie a todos os integrantes da comunidade política as condições econômicas, sociais, culturais e políticas de que necessitam os cidadãos para sua plena realização enquanto sujeitos humanos.

Neste sentido, é perfeitamente sustentável a afirmação de que nos primórdios do terceiro milênio se vive uma encruzilhada da cidadania, a exigir opções corajosas diante de caminhos múltiplos, incertos e mesmo contraditórios. Optar, no entanto, é preciso na escolha do caminho a trilhar e a opção é necessariamente política. Diante da constatação de que o ideário e a prática da globalização hegemônica de caráter neoliberal não propiciam as condições, especialmente as econômicas, indispensáveis para o bem viver dos cidadãos, torna-se urgente a adoção de uma nova matriz paradigmática, aberta e emancipatória, capaz de se contrapor a ela na forma de uma globalização contra-hegemônica que toma como ponto de partida as diferenciadas experiências locais, posteriormente integradas em redes translocais de cooperação e de solidariedade.

Na busca de tal objetivo, o presente artigo assumiu como marco teórico a proposta de Boaventura de Sousa Santos, a consistir na afirmação de uma nova epistemologia, de caráter horizontal, aberto e emancipatório, integrada pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências. A partir de tal referência epistemológica foram analisadas as redes de cooperação solidária, com destaque para as redes de economia solidária. A argumentação desenvolvida ao longo do texto tenta mostrar que tais experiências solidárias podem evoluir gradativamente para redes translocais alternativas, reais e viáveis para a emergência e a consolidação de uma globalização contra-hegemônica, assumida como utopia crítica, dinâmica e concreta, voltada à solidariedade planetária.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Economia solidária: um novo paradigma? In: SEMINÁRIO CATARIENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Anais...* Florianópolis: [s.n.], 2000a. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

_____. *Redes de colaboração solidária: construindo uma nova sociedade*, 2000b. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

_____. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002a.

_____. *Consumo solidário*. 2002b. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em: 5 nov. 2007.

_____. *Redes de colaboração solidária*. 2002c. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

_____. *Economia solidária, revolução global e sociedades pós-capitalistas*, 2007. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>>. Acesso em: 5 nov. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *O fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Herbert José de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

Recebido em: 24/7/2012

Aprovado em: 1º/10/2012